

W. V. QUINE

DE UM PONTO
DE VISTA
LÓGICO*

Tradução de Luis Henrique dos Santos (Sobre o que Há), Marcelo Guimarães da Silva Lima (Dois Dogmas do Empirismo) e João Paulo Monteiro (Identidade, Ostensão, Hipóstase)

* Traduzido do original inglês: *From a Logical Point of View*, Cambridge, Mass., 1953, Harvard University Press. Desse texto são extraídos os ensaios acima citados, que constituem os três primeiros capítulos. (N. do E.)

SOBRE O QUE HÁ*

Um aspecto curioso do problema ontológico é sua simplicidade. Ele pode ser formulado com três monossílabos portugueses: “O que há?” Além disso, pode ser resolvido com uma palavra — “Tudo” — e todos aceitarão essa resposta como verdadeira. No entanto, isso é simplesmente dizer que há o que há. Resta margem para desacordo em situações particulares; e assim a questão permaneceu de pé pelos séculos.

Suponhamos que dois filósofos, McX e eu, discordem em ontologia. Suponhamos que McX sustente haver algo que eu sustente não haver. McX pode, inteiramente de acordo com seu próprio ponto de vista, traçar nossa diferença de opinião dizendo que eu me recuso a reconhecer certas entidades. Devo, naturalmente, objetar que sua formulação de nosso desacordo não é correta, pois sustento não haver nenhuma entidade, da espécie que ele alega, para que eu as reconheça; mas julgar incorreta sua formulação de nosso desacordo é irrelevante, pois de qualquer modo sou obrigado a considerar sua ontologia incorreta.

Quando, por outro lado, tento formular nossa diferença de opinião, parece que me vejo em embaraço. Não posso admitir que há coisas que McX sustenta e eu não, pois, ao admitir que há tais coisas, eu estaria contradizendo minha própria rejeição delas.

Seguir-se-ia, se esse raciocínio fosse sólido, que em toda disputa ontológica quem defende a parte negativa sofre a desvantagem de não poder admitir que seu oponente dele discorda.

Esse é o velho enigma platônico do não-ser. O não-ser deve em algum sentido ser, caso contrário o que seria aquilo, que não é? Essa doutrina emaranhada pode ser apelidada de *a barba de Platão*; historicamente provou-se obstinada tirando freqüentemente o fio da navalha de Occam.

É uma tal linha de pensamento que conduz filósofos como McX a atribuir ser onde, de outro modo, se contentariam em reconhecer que não há nada. Assim, tomemos Pégaso. Se Pégaso não *fosse*, argumenta McX, não estaríamos falando de nada quando usamos essa palavra; portanto, não teria sentido dizer nem mesmo que Pégaso não é. Acreditando ter assim mostrado que a negação de Pégaso não pode ser coerentemente mantida, conclui que Pégaso é.

McX não pode, na verdade, persuadir-se de todo de que alguma região do espaço-tempo, próxima ou remota, contenha um cavalo alado de carne e osso. Instado a fornecer mais pormenores acerca de Pégaso, diz então que é uma idéia nas mentes dos homens. Aqui, entretanto, começa a se tornar evidente

* Traduzido do original inglês “On What There is”, in *From a Logical Point of View*, Harper & Row, Nova York, 1963, pp. 1-19.

uma confusão. Podemos, para argumentar, conceder que haja uma entidade, e mesmo uma única entidade (embora de fato isso seja pouco plausível), que seria a idéia-mental-Pégaso; mas não é dessa entidade mental que se está falando quando se nega Pégaso.

McX nunca confunde o Partenon com a idéia-Partenon. O Partenon é físico; a idéia-Partenon é mental (ao menos de acordo com a versão de McX a respeito de idéias, e não tenho nenhuma melhor para oferecer). O Partenon é visível; a idéia-Partenon é invisível. Dificilmente poderíamos imaginar duas coisas mais diferentes e menos propensas a serem confundidas do que o Partenon e a idéia-Partenon. Mas, quando passamos do Partenon para Pégaso, a confusão instala-se — pela simples razão de que McX se deixaria tapear pela fraude mais grosseira e evidente antes de conceder o não-ser de Pégaso.

Vimos como a idéia de que Pégaso deva ser, porque, caso contrário, não teria sentido dizer nem mesmo que Pégaso não é, levou McX a uma confusão elementar. Mentes mais sutis tomando do mesmo preceito como ponto de partida, aparecem com teorias sobre Pégaso cujos defeitos são menos patentes, e proporcionalmente mais difíceis de erradicar. Uma dessas mentes mais sutis chama-se, digamos, sr. Y. Pégaso, afirma o sr. Y, possui ser na qualidade de possível não realizado. Quando falamos de Pégaso e dizemos que não há tal coisa, estamos dizendo, mais precisamente, que Pégaso não possui o atributo específico da realidade. Dizer que Pégaso não é real é algo logicamente análogo a dizer que o Partenon não é vermelho; em ambos os casos afirmamos algo de uma entidade cujo ser não se questiona.

O sr. Y, a propósito, é um destes filósofos que se uniram para arruinar a boa e velha palavra “existir”. A despeito de sua adesão a possíveis não realizados, ele limita a palavra “existência” à realidade — preservando assim uma aparência de acordo ontológico entre ele e nós, que repudiamos o resto de seu denso universo. Todos nós tendemos sempre a afirmar, empregando “existir” conforme o senso comum, que Pégaso não existe, querendo dizer simplesmente que não há, de modo algum, uma tal entidade. Se Pégaso existisse, estaria certamente no espaço e no tempo, mas apenas porque a palavra “Pégaso” tem conotações espaço-temporais, e não porque “existe” tenha conotações espaço-temporais. Se falta referência espaço-temporal quando afirmamos a existência da raiz cúbica de 27, isso ocorre simplesmente porque uma raiz cúbica não é uma espécie de coisa espaço-temporal, e não porque empreguemos ambigualmente “existir”.¹ O sr. Y, contudo, num esforço mal-intencionado para parecer agradável, gentilmente nos concede a inexistência de Pégaso e, em seguida, contrariamente ao que *nós* entendemos por inexistência de Pégaso, insiste em que Pégaso seja. Existência é uma coisa, diz ele, e subsistência é outra. A única maneira que conheço de fazer frente a esse emaranhado de problemas é *dar* ao sr. Y a palavra “existir”. Tentarei não usá-la novamente; disponho ainda de “ser” e “haver”. E basta de lexicografia; voltemos à ontologia do sr. Y.

O super-habitado universo do sr. Y é, por muitos aspectos, desagradável. Ele ofende o senso estético dos que, como nós, têm uma queda por paisagens

¹ A tendência a distinguir terminologicamente entre existência enquanto aplicada a objetos realizados em algum ponto do espaço-tempo e existência (ou subsistência, ou ser) enquanto aplicada a outras entidades surge em parte, talvez, da idéia de que a observação da natureza seja relevante apenas para questões de existência de primeira espécie. Mas esta idéia é prioritariamente refutada por contra-exemplos como “a razão entre o número de centauros e o número de unicórnios”. Se houvesse uma tal razão, ela seria uma entidade abstrata, a saber, um número. Entretanto, é apenas investigando a natureza que concluímos ser zero tanto o número de centauros quanto o de unicórnios e, portanto, não haver uma tal raiz

desertas, mas isso não é o pior. O cortiço de possíveis do sr. Y é um terreno propício à proliferação de elementos desordeiros. Considere-se, por exemplo, o homem gordo possível no umbral daquela porta; e agora o homem calvo possível no umbral daquela porta. São eles o mesmo homem possível ou dois homens possíveis? Como decidir? Quantos homens possíveis há no umbral daquela porta? Há mais magros do que gordos possíveis? Quantos deles são semelhantes? Ou o fato de serem semelhantes torna-os um único? *Dois* coisas possíveis nunca são semelhantes? Isso é o mesmo 'que afirmar ser impossível que duas coisas sejam semelhantes? Ou, finalmente, é o conceito de identidade simplesmente inaplicável a possíveis não realizados? Mas que sentido há em falar de entidades que não podem significativamente ser ditas idênticas a si mesmas e distintas uma da outra? Esses elementos são praticamente incorrigíveis. Por meio de uma terapia freudiana de conceitos individuais² poder-se-ia fazer uma tentativa de reabilitação; mas pressinto que o melhor seja simplesmente remover o cortiço do sr. Y e esquecê-lo.

A possibilidade, assim como as demais modalidades da necessidade, impossibilidade e contingência, coloca problemas aos quais não pretendo sugerir que devamos dar as costas. Mas podemos ao menos restringir as modalidades a enunciados globais. Podemos impor o advérbio "possivelmente" a um enunciado global e podemos perfeitamente preocupar-nos com a análise semântica dessa construção; mas é de esperar um pequeno progresso efetivo nessa análise por expandirmos nosso universo a fim de nele incluir as chamadas *entidades possíveis*. Suspeito que o principal motivo dessa expansão seja simplesmente a velha idéia de que Pégaso, por exemplo, deva ser, porque caso contrário não teria sentido dizer nem mesmo que ele não é.

Ainda mais, toda a riqueza e exuberância do universo de possíveis do sr. Y pareceria reduzir-se a nada ao modificarmos um pouco o exemplo e falarmos não de Pégaso, mas da cúpula redonda e quadrada do Berkeley College. Se, a menos que Pégaso fosse, não tivesse sentido dizer que ele não é, então, pelo mesmo motivo, a menos que a cúpula redonda e quadrada do Berkeley College fosse não teria sentido dizer que ela não é. Mas, ao contrário de Pégaso, a cúpula redonda e quadrada do Berkeley College não pode ser admitida nem mesmo como um *possível* não realizado. Podemos agora obrigar o sr. Y a admitir também um reino de impossíveis não realizados? Nesse caso, um bom número de questões embaraçosas poder-se-ia levantar a seu respeito. Poderíamos inclusive esperar que o sr. Y fosse apanhado em contradições, levando-o a admitir que algumas dessas entidades são ao mesmo tempo redondas e quadradas. Mas o esperto sr. Y escolhe a outra parte do dilema e concede que não tem sentido dizer que a cúpula redonda e quadrada do Berkeley College não seja. Ele diz que a expressão "cúpula redonda e quadrada" é assignificativa.

O sr. Y não foi o primeiro a abraçar essa alternativa. A doutrina da assignificatividade das contradições remonta ao passado. A tradição sobrevive, além disso, em autores que parecem não compartilhar de nenhuma das motivações do sr. Y. Ainda assim, fico imaginando se não foi essencialmente a mesma motivação observada no sr. Y que pela primeira vez instigou a uma tal doutrina. Ela não dispõe, certamente, de nenhum atrativo intrínseco; e conduziu seus adeptos a extremos tão quixotescos quanto o de contestar o método de prova

² Cf. Quine, *From a Logical Point of View*, Harper & Row, Nova York, 1963, p. 152.

por *reductio ad absurdum* — atitude em que pressinto uma *reductio ad absurdum* da própria doutrina.

Além disso, a doutrina de assignificatividade das contradições apresenta a séria desvantagem metodológica de tornar impossível, por princípio, que algum dia se elabore um teste efetivo de significatividade. Não nos seria jamais possível arquitetar meios sistemáticos para decidir se uma cadeia de sinais faz sentido — mesmo para cada um de nós individualmente, deixando-se os outros de lado — ou não. Isso porque se segue de uma descoberta de Church³ em lógica matemática que não pode haver nenhum teste de contraditoriedade geralmente aplicável.

Referi-me desairosamente à barba de Platão e insinuei que ela é emaranhada. Estendi-me longamente sobre os inconvenientes de sustentá-la. É hora de pensar em medidas positivas.

Russell, em sua teoria das chamadas descrições singulares, mostrou claramente como podemos empregar significativamente nomes aparentes sem supor que haja as entidades supostamente nomeadas. Os nomes a que a teoria de Russell diretamente se aplica são nomes descritivos complexos, tais como “o autor de *Waverley*”, “o atual rei da França”, “a cúpula redonda e quadrada do Berkeley College”. Russell analisa tais expressões sistematicamente como fragmentos das sentenças globais onde ocorrem. A sentença “O autor de *Waverley* foi um poeta”, por exemplo, é globalmente interpretada como significando “Alguém (ou melhor: algo) escreveu *Waverley* e foi um poeta, e nada mais escreveu *Waverley*”. (O objetivo dessa oração adicional é o de afirmar a unicidade que está implícita na palavra “o”, em “o autor de *Waverley*”.) A sentença “A cúpula redonda e quadrada do Berkeley College é rosa” é interpretada como “Algo é redondo e quadrado e é uma cúpula do Berkeley College e é rosa, e nada mais é redondo e quadrado e uma cúpula do Berkeley College”.⁴

A virtude dessa análise consiste em que o nome aparente é parafraseado *no contexto*, como um chamado símbolo incompleto. Nenhuma expressão independente se oferece como uma análise de expressão descritiva, mas o enunciado como um todo, que era o contexto dessa expressão, mantém ainda sua cota integral de significado — seja ele verdadeiro ou falso.

O enunciado não analisado “O autor de *Waverley* foi um poeta” contém uma parte, “o autor de *Waverley*”, que McX e o sr. Y incorretamente supõem exigir referência objetiva para ser de alguma maneira significativa. Mas, na tradução de Russell, “Algo escreveu *Waverley* e foi um poeta e nada mais escreveu *Waverley*”, o fardo da referência objetiva, que se havia posto sobre a expressão descritiva, é agora assumido por palavras do tipo daquelas que os lógicos chamam de variáveis ligadas, variáveis de quantificação, a saber, palavras como “algo”, “nada”, “tudo”. Essas palavras, longe de pretenderem ser nomes especificamente do autor de *Waverley*, não pretendem absolutamente ser nomes; referem-se a entidades em geral, com uma espécie de ambigüidade intencional que lhes é peculiar.⁵ Essas palavras quantificacionais ou variáveis ligadas constituem naturalmente uma parte básica da linguagem e sua significatividade, ao menos em contextos, não deve ser contestada. Mas sua significatividade de modo

³ Cf. Church, “A note on the Entscheidungsproblem”, *Journal of Symbolic Logic* 1, 1936, pp. 40 e ss., 101 e ss. Para uma apresentação possivelmente mais conveniente do argumento, cf. Hilbert and Bernays, *Grundlagen der Mathematik*, vol. 2 (Springer), Berlim, 1934, 1939; segunda impressão, Edwards, Ann Arbor, 1944).

⁴ Para mais pormenores sobre a teoria das descrições, cf. Quine, *op. cit.*, pp. 85 e s., 166 e s.

⁵ Para um tratamento mais explícito das variáveis ligadas, cf. Quine, *op. cit.*, pp. 82, 102 e s.

algun pressupõe haver ou o autor de *Waverley*, ou a redonda cúpula quadrada do Berkeley College, ou quaisquer outros objetos especificamente predeterminados.

No que diz respeito a descrições, não há mais qualquer dificuldade em afirmar ou negar ser. “Há o autor de *Waverley*” é interpretado por Russell como significando “Alguém (ou mais rigorosamente, algo) escreveu *Waverley* e nada mais escreveu *Waverley*”. “O autor de *Waverley* não é interpretado, correspondentemente, como a disjunção “Ou cada coisa não escreveu *Waverley*, ou duas ou mais coisas escreveram *Waverley*”. Essa disjunção é falsa, mas significativa; e não contém nenhuma expressão que pretenda nomear o autor de *Waverley*. O enunciado “A cúpula redonda e quadrada do Berkeley College não é” é analisado de maneira análoga. Arruína-se assim a velha idéia de que enunciados de não-ser se autodestroem. Quando um enunciado de ser ou não-ser é analisado segundo a teoria das descrições de Russell, deixa de conter qualquer expressão que até mesmo pretenda nomear a suposta entidade cujo ser está em questão, de modo que não se pode mais conceber que a significatividade do enunciado pressuponha haver tal entidade.

E quanto a “Pégaso”? Sendo uma palavra, mais do que uma expressão descritiva, a ela o argumento de Russell não se aplica imediatamente. No entanto, pode-se facilmente fazer com que se aplique. Temos apenas que reescrever “Pégaso” como uma descrição, de qualquer maneira que pareça particularizar adequadamente nossa idéia; digamos, “o cavalo alado que foi capturado por Belerofonte”. Substituindo “Pégaso” por essa expressão, podemos então proceder a uma análise do enunciado “Pégaso é”, ou “Pégaso não é”, exatamente análoga à análise de Russell de “O autor de *Waverley* é” e “O autor de *Waverley* não é”.

Assim, para subsumir um nome, ou suposto nome, constituído por uma única palavra, como “Pégaso”, sob a teoria das descrições de Russell, naturalmente devemos antes ser capazes de traduzir essa palavra em termos de uma descrição. Mas essa não é uma restrição efetiva. Se a idéia de Pégaso fosse tão obscura ou tão básica a ponto de naturalmente não se ter oferecido nenhuma tradução conveniente em termos de uma expressão descritiva, poderíamos ainda ter-nos valido do seguinte estratagema artificial e aparentemente trivial; poderíamos ter recorrido ao atributo de *ser Pégaso*, *ex hypothesi* não analisável e irreduzível, adotando para exprimi-lo o verbo “é-Pégaso”, ou “pegaseia”. O substantivo “Pégaso” poderia então, ele próprio, ser tratado como derivado e identificado, em última instância, com a descrição: “a coisa que é-Pégaso”, “a coisa que pegaseia”.⁶

Se a importação de um predicado como “pegaseia” parece obrigar-nos a reconhecer que há, no céu de Platão ou nas mentes dos homens, um atributo correspondente, o pegasear, está tudo muito bem. Até agora nem nós nem o sr. Y nem McX discutíamos a respeito do ser ou não-ser dos universais, mas a respeito do ser ou não-ser de Pégaso. Se em termos de pegasear podemos interpretar o substantivo “Pégaso” como uma descrição sujeita à teoria das descrições de Russell, afastamos então a velha idéia de que não se pode dizer que Pégaso não é sem pressupor que, em algum sentido, Pégaso seja.

Nosso argumento é agora suficientemente geral. McX e o sr. Y supunham que não podíamos significativamente afirmar um enunciado da forma “Tal-e-tal não é”, com um substantivo singular simples ou descritivo no lugar de “tal-e-tal”, a menos que tal-e-tal fosse. Vemos agora que essa suposição é geralmente infun-

⁶ Para mais observações quanto a essa assimilação de todos os termos singulares em descrições, cf. Quine, *op. cit.*, p. 167; também Quine, *Methods of Logic*, Holt, Nova York, 1950, pp. 218-224.

dada, desde que o substantivo singular em questão pode sempre, trivialmente ou não, ser convertido numa descrição singular e então analisado *à la* Russell.

Comprometemo-nos com uma ontologia que contém números, quando dizemos que há números primos maiores que um milhão; comprometemo-nos com uma ontologia que contém centauros, quando dizemos que há centauros; e comprometemo-nos com uma ontologia que contém Pégaso, quando dizemos que Pégaso é. Mas não nos comprometemos com uma ontologia que contém Pégaso, ou o autor de *Waverley*, ou a cúpula redonda e quadrada do Berkeley College, quando dizemos que Pégaso, ou o autor de *Waverley*, ou a cúpula em questão *não* é. Não precisamos mais trabalhar sob o peso da ilusão de que a significatividade de um enunciado que contém um termo singular pressupõe uma entidade nomeada pelo termo. Um termo singular não precisa nomear para ser significante.

Um simples pressentimento desse fato poderia ter iluminado o sr. Y e McX, mesmo sem proveito para Russell, se tivessem percebido — como tão poucos de nós o fazem — que há um abismo entre *significar* e *nomear*, mesmo no caso de um termo singular que é genuinamente nome de um objeto. O seguinte exemplo de Frege⁷ será suficiente. A expressão “Estrela da Tarde” nomeia um certo objeto físico, grande e esférico, que se move no espaço a alguns milhões de milhas daqui. A expressão “Estrela da Manhã” nomeia a mesma coisa, tal como o estabeleceu possivelmente pela primeira vez algum babilônico observador. Mas não se pode considerar que as duas expressões tenham o mesmo significado; caso contrário, aquele babilônico poderia ter dispensado suas observações e ter-se contentado em refletir sobre os significados de suas palavras. Os significados, nesse caso, sendo diferentes um do outro, devem ser distintos do objeto nomeado, que é um e o mesmo em ambos os casos.

A confusão entre significar e nomear não apenas fez McX acreditar que não poderia significativamente repudiar Pégaso; a persistência de uma confusão entre significar e nomear sem dúvida ajudou a engendrar sua idéia absurda de que Pégaso seja uma idéia, uma entidade mental. A estrutura dessa confusão é a seguinte. Ele confundiu o suposto *objeto nomeado* Pégaso com o *significado* da palavra “Pégaso”, concluindo portanto que Pégaso deve ser a fim de que a palavra tenha significado. Mas que espécie de coisas são os significados? Esse é um ponto de disputa; no entanto, pode-se bem plausivelmente entender significados como idéias na mente, supondo-se que possamos compreender claramente, por sua vez, a idéia de idéias na mente. Pégaso, portanto, inicialmente confundido com um significado, acaba como uma idéia na mente. O mais notável é o fato de que o sr. Y, sujeito à mesma motivação inicial que McX, devesse evitar essa bobagem particular e, em compensação, acabar com possíveis não realizados.

Voltemo-nos agora ao problema ontológico dos universais: à questão de saber se há entidades tais como atributos, relações, classes, números, *funções*. McX, bem caracteristicamente, acredita que há. Falando de atributos, ele diz: “Há casas vermelhas, rosas vermelhas, ocasos vermelhos; tudo isso é senso comum pré-filosófico, com o que todos devemos concordar. Essas casas, rosas e ocasos têm, pois, algo em comum; e isso que eles têm em comum é tudo o que entendo pelo atributo da vermelhidão”. Para McX, portanto, haver atributos é

⁷ Cf. Frege, “On Sense and Nominatum”, in Feigl and Sellars (eds.), *Readings in Philosophical Analysis*, Appleton-Century-Crofts, 1949, pp. 85-102. Tradução de “Ueber Sinn und Bedeutung”, *Zeitschrift fuer Philosophie und Philosophische Kritik* 100, 1892, pp. 25-10.

ainda mais óbvio e trivial do que o fato óbvio e trivial de haver casas, rosas e ocasos vermelhos. Isso, crejo eu, é característico da metafísica, ou ao menos daquela parte da metafísica chamada de ontologia: quem considera um enunciado dessa disciplina de algum modo verdadeiro, deve considerá-lo trivialmente verdadeiro. A ontologia de cada um está na base do esquema conceitual por meio do qual interpreta todas as suas experiências, mesmo as mais ordinárias. Julgado no interior de algum esquema conceitual particular — e de que outro modo é possível um juízo? — um enunciado ontológico mantém-se por si, não reque-rendo absolutamente nenhuma justificação particular. Enunciados ontológicos seguem-se imediatamente de toda espécie de enunciados casuais acerca de fatos ordinários, assim como — ao menos do ponto de vista do esquema conceitual de McX — “Há um atributo” segue-se de “Há casas vermelhas, rosas vermelhas, ocasos vermelhos”.

Julgado em outro esquema conceitual, um enunciado ontológico que é axiomático para a mente de McX pode, de modo igualmente imediato e trivial, ser pronunciado falso. Alguém pode admitir que haja casas, rosas e ocasos vermelhos, mas negar, exceto como uma maneira de dizer vulgar e traiçoeira, que eles tenham algo em comum. As palavras “casas”, “rosas” e “ocazos” são verdadeiras de diversas entidades individuais que são casas e rosas e ocasos, e a palavra “vermelho”, ou “objeto vermelho”, é verdadeira de cada uma das diversas entidades individuais que são casas vermelhas, rosas vermelhas, ocasos vermelhos; mas não há, além disso, qualquer entidade, individual ou não, nomeada pela palavra “vermelhidão” nem, do mesmo modo, pela palavra “casidade”, “rosidade”, “ocacidade”. Que as casas, rosas e ocasos sejam todos eles vermelhos pode ser considerado algo fundamental e irreduzível, e pode-se sustentar que McX não ganha nada, em termos de poder explicativo efetivo, com todas as entidades ocultas que ele põe sob nomes tais como “vermelhidão”.

Uma das maneiras pelas quais McX poderia naturalmente ter-nos tentado impor sua ontologia de universais já foi afastada, antes que nos voltássemos ao problema dos universais. McX não pode argumentar que predicados como “vermelho” ou “é-vermelho”, que todos concordamos em empregar, devam ser encarados como nomes, cada um de uma única entidade universal, a fim de serem de algum modo significativos. Isto porque vimos que ser nome de algo é um traço muito mais específico do que ser significativo. Ele não pode nem mesmo nos acusar — ao menos não por *este* argumento — de termos suposto um atributo de pegasear ao adotarmos o predicado “pegaseia”.

No entanto, McX descobre um estratagema diferente. “Aceitemos”, diz ele, “essa distinção entre significar e nomear que você tanto preza. Aceitemos mesmo que ‘é-vermelho’, ‘pegaseia’, etc., não sejam nomes de atributos. Ainda assim você admite que possuem significados. Mas esses *significados*, sejam eles nomeados ou não, são ainda universais, e arrisco-me a dizer que alguns deles podem mesmo ser as próprias coisas que chamo de atributos, ou algo que em última análise resulte no mesmo.”

Para McX esse é um discurso extraordinariamente penetrante; e não sei de outra maneira de opor-me a ele senão recusando-me a aceitar significados. No entanto, não sinto nenhuma relutância em recusar-me a aceitar significados, pois nem por isso nego que palavras e enunciados sejam significativos. McX e eu podemos concordar literalmente em nossa classificação das formas lingüísticas em significativas e assignificativas, mesmo McX construindo a significatividade como o *possuir* (em algum sentido de “possuir”) alguma entidade abstrata que chama de significado, enquanto eu não o faço. Continuo livre para sustentar que o fato de que uma dada emissão lingüística seja significativa (ou *significante*,

como prefiro dizer, de modo a não favorecer a hipótese de significados como entidades)⁸ seja uma realidade fundamental e irredutível; ou então posso tentar analisá-lo diretamente em termos do que as pessoas fazem na presença da emissão lingüística em questão e de outras semelhantes a ela.

Reduzem-se a duas as maneiras úteis como as pessoas ordinariamente falam, ou aparentemente falam, de significados: o *ter* significado, que é a significância, e a *identidade* de significado, ou sinonímia. O que chamamos *dar* o significado de uma emissão consiste simplesmente em emitir um sinônimo, freqüentemente formulado numa linguagem mais clara. Se formos alérgicos aos significados enquanto tais, poderemos falar diretamente de emissões como sendo significantes ou não significantes, e como sinônimas ou heterônimas uma em relação à outra. O problema de explicar esses adjetivos “significante” e “sinônimo” com algum grau de clareza e rigor — de preferência, a meu modo de ver, em termos de comportamento — é tão difícil quanto importante.⁹ Mas o valor explicativo de entidades intermediárias específicas e irredutíveis, chamadas de significados, é certamente ilusório.

Até agora argumentei que podemos empregar termos singulares significativamente em sentenças, sem pressupor haver as entidades que esses termos pretendem nomear. Argumentei ainda que podemos empregar termos gerais, por exemplo, predicados, sem reconhecê-los como nomes de entidades abstratas. Argumentei ainda que podemos encarar emissões como significantes, e sinônimas ou heterônimas uma em relação à outra, sem admitir um reino de entidades chamadas significados. Nesta altura McX começa a se perguntar se há algum tipo de limite para nossa imunidade ontológica. *Nada* do que possamos dizer nos compromete com a assunção de universais ou outras entidades que possamos julgar indesejáveis?

Já sugeri uma resposta negativa a essa questão, ao falar de variáveis ligadas, ou variáveis de quantificação, em conexão com a teoria das descrições de Russell. Podemos facilmente envolver-nos em compromissos ontológicos dizendo, por exemplo, que *há algo* (variável ligada) que casas e ocasos vermelhos têm em comum; ou que *há algo* que é um número primo maior que um milhão. Mas essa é a *única* maneira de nos envolvermos em compromissos ontológicos: pelo nosso uso de variáveis ligadas. O uso de supostos nomes não é critério, pois seu caráter de nome pode ser repudiado num piscar de olhos, a menos que a assunção de uma entidade correspondente possa ser descoberta entre aquilo que afirmamos em termos de variáveis ligadas. Os nomes são, de fato, totalmente irrelevantes para o problema ontológico, pois mostrei, em relação a “Pégaso” e “pegasear”, que nomes podem ser convertidos em descrições, e Russell mostrou que descrições podem ser eliminadas. Tudo quanto dizemos com o auxílio de nomes pode ser dito numa linguagem que os dispense totalmente. Ser assumido como entidade é, pura e simplesmente, ser reconhecido como o valor de uma variável. Em termos das categorias da gramática tradicional, isso equivale aproximadamente a dizer que ser é estar no domínio de referência de um pronome. Pronomes são os meios básicos de referência; os substantivos, melhor seria chamá-los de pronomes. As variáveis de quantificação, “algo”, “nada”, “tudo”, percorrem toda a nossa ontologia, qualquer que seja ela; e ficamos atados e uma pressuposição ontológica particular se e somente se o pretense pressuposto tiver que ser reconhecido entre

⁸ O sentido dessa observação apenas se torna claro se atentamos à etimologia do correspondente inglês da palavra “significativo”: *meaningful* = *meaning* (significado) + *full* (cheio). (N. do T.)

⁹ Cf. Quine, *From a Logical Point of View*, ed. cit., artigos II e III.

as entidades que nossas variáveis percorrem a fim de tornar uma de nossas afirmações verdadeiras.

Podemos dizer, por exemplo, que alguns cães são brancos e nem por isso nos comprometemos a reconhecer ou a canidade ou a brancura como entidades. "Alguns cães são brancos" diz que algumas coisas que são cães são brancas; e, a fim de que esse enunciado seja verdadeiro, as coisas que a variável ligada "algo" percorre devem incluir alguns cães brancos, mas não precisam incluir a canidade ou a brancura. Por outro lado, quando dizemos que algumas espécies zoológicas se caracterizam pela fecundação por cruzamento, estamos nos comprometendo a reconhecer como entidades as diversas espécies, elas próprias, por mais abstratas que sejam. Permanecemos assim comprometidos ao menos até arquitetarmos alguma maneira de parafrasear o enunciado de modo a mostrar que a aparente referência a espécies por parte de nossa variável ligada era uma maneira de dizer evitável.¹⁰

A matemática clássica, como o exemplo dos primos maiores que um milhão ilustra claramente, está envolvida até o pescoço por compromissos com uma ontologia de entidades abstratas. Assim é que a vasta controvérsia medieval sobre os universais reacendeu-se na moderna filosofia da matemática. Vê-se o problema mais claramente agora do que antes, porque agora dispomos de um critério mais explícito para decidir com que ontologia uma dada teoria ou tipo de discurso está comprometida: uma teoria está comprometida com aquelas e apenas com aquelas entidades a que as variáveis ligadas da teoria devem ser capazes de se referir a fim de que as afirmações feitas na teoria sejam verdadeiras.

Porque esse critério de pressuposição ontológica não emergiu claramente na tradição filosófica, os matemáticos filósofos modernos em geral não perceberam que debatiam o mesmo e velho problema dos universais, em uma forma elucidada de maneira original. Mas as diferenças básicas entre os modernos pontos de vista sobre os fundamentos da matemática de fato reduzem-se bem explicitamente a divergências acerca do domínio de entidades a que as variáveis ligadas devem ser autorizadas a se referir.

Os três pontos de vista medievais mais importantes no que concerne aos universais são designados pelos historiadores como *realismo*, *conceitualismo* e *nominalismo*. Essencialmente, essas mesmas três doutrinas reaparecem nas exposições da filosofia da matemática do século XX sob os novos nomes de *logicismo*, *intuicionismo* e *formalismo*.

O *realismo*, tal como essa palavra é empregada em conexão com a controvérsia medieval dos universais, é a doutrina platônica de que universais ou entidades abstratas possuem ser de modo independente da mente; a mente pode descobri-los, mas não pode criá-los. O *logicismo*, representado por Frege, Russell, Whitehead, Church e Carnap tolera o emprego de variáveis ligadas para a referência a entidades abstratas conhecidas e desconhecidas, especificáveis ou não, indiscriminadamente.

O *conceitualismo* sustenta que há universais, mas que eles são produtos da mente. O *intuicionismo* esposado modernamente, numa forma ou noutra, por Poincaré, Brouwer, Weyl e outros, assegura o emprego de variáveis ligadas para a referência a entidades abstratas apenas quando essas entidades podem ser preparadas individualmente a partir de ingredientes especificados de antemão. Segundo a formulação de Fraenkel, o logicismo afirma que as classes são descobertas, enquanto o intuicionismo afirma que elas são inventadas — de fato, uma maneira impecável de enunciar a velha oposição entre realismo e conceitualismo. Essa

¹⁰ Para mais pormenores a esse respeito, cf. Quine. *idem*, artigo VI.

oposição não é um mero jogo de palavras; ela é essencialmente relevante no que concerne à porção da matemática clássica que alguém esteja disposto a subscrever. Logicistas ou realistas podem a partir de suas assunções, chegar às ordens ascendentes de infinito de Cantor; os intuicionistas são obrigados a parar na ordem de infinito mais baixa ϵ , como consequência indireta, a abandonar até mesmo algumas das leis clássicas dos números reais.¹¹ A moderna controvérsia entre logicismo e intuicionismo nasce, de fato, de divergências acerca do infinito.

O *formalismo*, associado ao nome de Hilbert, faz eco ao intuicionismo ao deplorar o recurso desenfreado do logicista a universais. Mas o formalismo também julga o intuicionismo insatisfatório. Isso poderia ocorrer por uma de duas razões opostas. O formalista poderia, como o logicista, opor-se à mutilação da matemática clássica; ou poderia, com os *nominalistas* de antigamente, opor-se à admissão de quaisquer entidades abstratas, mesmo no sentido restrito de entidades produzidas pela mente. O desfecho é o mesmo: o formalista conserva a matemática clássica como um jogo de notações não significantes. Esse jogo de notações pode, não obstante, ter sua utilidade — toda a utilidade que já mostrou possuir na qualidade de muleta para físicos e tecnólogos. Mas utilidade não implica necessariamente em significância, em qualquer sentido lingüístico literal. Nem o sucesso marcante dos matemáticos em desfiar teoremas e encontrar bases objetivas para acordo recíproco quanto aos resultados de cada um implica necessariamente em significância. Isto porque uma base adequada para acordo entre os matemáticos pode ser encontrada simplesmente nas regras que governam a manipulação das notações — essas regras sintáticas sendo, ao contrário das próprias notações, perfeitamente significantes e inteligíveis.¹²

Argumentei que o tipo de ontologia que adotamos pode ser relevante — especialmente no que diz respeito à matemática, embora trate-se apenas de um exemplo. Ora, como decidir diante de ontologias rivais? A resposta não é certamente proporcionada pela fórmula semântica “Ser é ser o valor de uma variável”; pelo contrário, essa fórmula serve antes para testar a conformidade de uma certa afirmação ou doutrina com respeito a um critério ontológico prévio. Atentamos a variáveis ligadas no contexto da ontologia não a fim de saber o que há, mas a fim de saber o que uma certa afirmação ou doutrina, nossa ou de outrem, *diz* que há; enquanto tal, esse é propriamente um problema que diz respeito à linguagem. Mas o que há é uma outra questão.

Na discussão acerca do que há, ainda há razões para operarmos num plano semântico. Uma razão é escapar do embaraço apontado no início deste ensaio: o fato de não poder eu admitir que há coisas que McX sustenta e eu não. Enquanto eu estiver ligado à minha ontologia, oposta que é à de Mc X, não poderei permitir que minhas variáveis ligadas se refiram a entidades que pertençam à ontologia de McX e não à minha. Posso, no entanto, descrever coerentemente nossa divergência, caracterizando os enunciados que McX afirma. Desde que

¹¹ Cf. Quine, *idem*, pp. 125 e ss.

¹² Cf. Goodman e Quine, “Steps toward a constructive nominalism”, *Journal of Symbolic Logic* 12 (1947), pp. 105-122. (Para que o leitor não seja levado a entender mal certas passagens do presente artigo ao tentar reconciliá-las com a sentença francamente exortativa que abre o artigo citado, gostaria de dizer que hoje preferiria tratar essa sentença como um enunciado hipotético de condições para a construção em causa.) Para uma discussão mais ampla sobre as questões gerais tratadas nas duas últimas páginas, cf. Bernays, “Sur le platonisme dans les mathématiques”, *L'Enseignement Mathématique* 34 (1935-36), pp. 52-69; Fraenkel, “Sur la notion d'existence dans les mathématiques”, *idem*, pp. 18-32; Black, *The Nature of Mathematics*, Kegan Paul, Londres, 1933 e Harcourt Brace, Nova York, 1934.

minha ontologia simplesmente admita formas lingüísticas, ou ao menos inscrições concretas e emissões, posso falar a respeito das sentenças de McX.

Outra razão para retirarmo-nos a um plano semântico é encontrar terreno comum para argumentar. Divergências quanto à ontologia envolvem divergências básicas, quanto a esquemas conceituais; entretanto, a despeito dessas divergências básicas, McX e eu damos conta de que nossos esquemas conceituais convergem em suas ramificações intermediárias e superiores o bastante para capacitar-nos a uma comunicação proveitosa a respeito de tópicos como política, tempo e, em particular, linguagem. Na medida em que nossa controvérsia básica sobre ontologia puder ser transformada numa controvérsia semântica acerca de palavras e do que fazer com elas, a degeneração da controvérsia em petições de princípios poderá ser adiada.

Não é de admirar, pois, que controvérsias ontológicas devam levar a controvérsias sobre linguagem. Mas não devemos saltar à conclusão de que o que há depende de palavras. A tradutibilidade de uma questão em termos semânticos não é uma indicação de que a questão seja lingüística. Ver Nápoles é carregar um nome que, anteposto às palavras “vê Nápoles”, produz uma sentença verdadeira; ainda assim, não há nada de lingüístico em ver Nápoles.

Nossa aceitação de uma ontologia é, creio eu, semelhante em princípio a nossa aceitação de uma teoria científica, digamos, de um sistema de física: adotamos, ao menos na medida em que somos razoáveis, o esquema conceitual mais simples no qual os fragmentos desordenados da experiência bruta podem ser acomodados e organizados. Nossa ontologia fica determinada uma vez fixado o esquema conceitual global destinado a acomodar a ciência no sentido mais amplo; e as considerações que determinam uma construção razoável de qualquer parte desse esquema conceitual, por exemplo, da parte física ou da biológica, não são diferentes em espécie das considerações que determinam uma construção razoável do todo. Tanto quanto a adoção de qualquer sistema de teoria científica pode ser dita uma questão de linguagem, o mesmo — mas não mais — pode ser dito da adoção de uma ontologia.

A simplicidade, porém, enquanto princípio orientador da construção de esquemas conceituais, não é uma idéia clara e despida de ambigüidade; e ela é perfeitamente capaz de apresentar um critério duplo ou múltiplo. Imaginem, por exemplo, que tenhamos arquitetado o conjunto de conceitos mais econômico e adequado ao relato ponto-por-ponto da experiência imediata. As entidades determinadas por esse esquema — os valores das variáveis ligadas — são, suponhamos, eventos subjetivos individuais de sensação e reflexo. Ainda assim, concluiríamos, sem dúvida nenhuma, que um esquema conceitual fiscalista, que pretende falar de objetos externos, oferece muitas vantagens ao simplificar nossos relatos globais. Reunindo os eventos sensíveis dispersos e tratando-os como percepções de um objeto, reduzimos a complexidade de nosso fluxo de experiência a uma simplicidade conceitual manipulável. A regra da simplicidade é, na verdade, a máxima que nos orienta na atribuição de dados sensíveis a objetos: associamos uma sensação anterior de redondo e uma sensação posterior de redondo à mesma assim chamada moeda, ou a duas assim chamadas moedas diferentes, obedecendo às exigências de simplicidade máxima para nosso quadro global do mundo.

Temos aqui dois esquemas conceituais rivais, um fenomenalista e outro fiscalista. Qual deve prevalecer? Cada um tem suas vantagens; cada um tem, a seu modo, sua simplicidade específica. Cada um, eu proponho, merece ser desenvolvido. Cada um pode ser dito, de fato, o mais fundamental, embora em sentidos diferentes: um epistemologicamente, outro fisicamente fundamental.

O esquema conceitual físico simplifica nossa consideração da experiência em

virtude da maneira como inúmeros eventos sensíveis dispersos passam a ser associados aos chamados objetos singulares; e mais, não é nada verossímil que toda sentença a respeito de objetos físicos possa efetivamente ser traduzida, nem mesmo de modo tortuoso e complexo, na linguagem fenomenalista. Objetos físicos são entidades postuladas que uniformizam e simplificam nossa consideração do fluxo da experiência, assim como a introdução dos números irracionais simplifica as leis da aritmética. Do ponto de vista exclusivo do esquema conceitual da aritmética elementar dos números racionais, a aritmética mais ampla dos números racionais e irracionais teria o estatuto de mito conveniente, mais simples que a verdade literal (a saber, aritmética dos racionais) e, no entanto, contendo essa verdade literal como parte dispersa. Analogamente, de um ponto de vista fenomenalista o esquema conceitual dos objetos físicos é um mito conveniente, mais simples que a verdade literal e, no entanto, contendo essa verdade literal como parte dispersa.¹³

E quanto a classes ou atributos de objetos físicos, por seu lado? Uma ontologia platônica dessa espécie é, de um ponto de vista de um esquema conceitual, estritamente fiscalista, um mito, tanto quanto o próprio esquema conceitual fiscalista o é para o fenomenalismo. Esse mito mais elevado, por sua vez, é bom e útil, na medida em que simplifica nossa consideração da física. Sendo a matemática uma parte integrante desse mito mais elevado, a utilidade desse mito para a ciência física é suficientemente evidente. Referindo-me a ele, apesar disso, como a um mito, faço eco àquela filosofia da matemática a que aludi anteriormente sob o nome de formalismo. Mas uma atitude formalista poderia, com o mesmo direito, ser adotada em relação ao esquema conceitual físico, por sua vez, pelo esteta ou fenomenalista puro.

A analogia entre o mito da matemática e o mito da física é, por alguns aspectos suplementares e talvez fortuitos, visivelmente estreita. Considere-se, por exemplo, a crise precipitada nos fundamentos da matemática, no início do século, pela descoberta do paradoxo de Russell e outras antinomias em teoria dos conjuntos. Essas contradições tiveram que ser obviadas por meio de artifícios *ad hoc*, não intuitivos;¹⁴ nossa produção matemática de mitos tornou-se deliberada e evidente a todos. E quanto à física? Surgiu uma antinomia entre as explicações ondutatória e corpuscular da luz; e se ela não é rigorosamente uma contradição, como o é o paradoxo de Russell, suspeito que isso ocorra por não ser a física tão rigorosa quanto a matemática. Do mesmo modo, à segunda grande crise moderna nos fundamentos da matemática — precipitada em 1931 pela prova de Goedel¹⁵ de que há inevitavelmente enunciados indecidíveis em aritmética — corresponde, em física, o princípio da indeterminação de Heisenberg.

Em páginas anteriores empenhei-me em mostrar que alguns argumentos comuns em favor de certas ontologias são falaciosos. Adiantei, em seguida, um critério explícito para decidir quais os compromissos ontológicos de uma teoria. Mas a questão de saber que ontologia efetivamente adotar permanece ainda aberta, e o conselho óbvio é tolerância e espírito experimental. Usemos de todos os meios para verificar quanto do esquema conceitual fiscalista pode ser reduzido a um fenomenalista; ainda assim, a física também requer, naturalmente, ser levada adiante, mesmo se irreduzível *in toto*. Verifiquemos como e em que grau pode-se

¹³ A analogia aritmética deve-se a Frank, *Modern Science and its Philosophy*, Harvard University Press, Cambridge, 1949, pp. 108 e ss.

¹⁴ Cf. Quine, *idem*, pp. 90 e ss., 96 e ss., 122 e ss.

¹⁵ Cf. Goedel, "Ueber formal unentscheidbare Satze der Principia Mathematica und verwandter Systeme", *Monatshefte fuer Mathematik und Physik* 38 (1931), pp. 173-198. (Para um exame introdutório e mais referências, cf. Quine, *Methods of Logic*, ed. cit., pp. 245 e ss.)

tornar a ciência natural independente da matemática platônica; mas também levemos adiante a matemática, e aprofundemo-nos em seus fundamentos platônicos.

Dentre os vários esquemas conceituais mais apropriados a essas várias empresas, um deles — o fenomenalista — reivindica prioridade epistemológica. Encaradas do interior do esquema conceitual fenomenalista, as ontologias dos objetos físicos e dos objetos matemáticos são mitos. A qualidade de mito, no entanto, é relativa; relativa, nesse caso, ao ponto de vista epistemológico. Esse ponto de vista é um entre vários, correspondendo a um entre vários de nossos interesses e propósitos.